

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSEPHA BARBOSA COSME

Brasil: doença holandesa no período de 2000 à 2021

GOIÂNIA
2024

JOSEPHA BARBOSA COSME
20211002100395

Brasil: doença holandesa no período de 2000 à 2021

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

GOIÂNIA
2024

JOSEPHA BARBOSA COSME
20211002100395

Brasil: doença holandesa no período de 2000 à 2021

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

Membro: Prof. Ms

Membro: Prof. Ms.

GOIÂNIA
2024

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, pela sabedoria e pelas bênçãos que me sustentaram ao longo desta jornada.

Aos meus pais, Florenco Cosme e Maria José Barbosa, que sempre me apoiaram incondicionalmente, com amor, incentivo e compreensão em cada passo desta trajetória.

Ao meu marido, Lucas Henrique Silveira, pelo amor, paciência e suporte em todos os momentos, e por ser minha fortaleza nos dias mais difíceis..

À minha irmã, Lethicia Barbosa Cosme, pelo carinho e por estar sempre ao meu lado, dividindo alegrias, desafios e aprendizados ao longo desse caminho.

Aos meus professores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que transmitiram conhecimentos valiosos e me incentivaram a buscar o melhor de mim. Sou grata por cada ensinamento e pela inspiração que me deram.

Às minhas amigas, Ana Luiza Machado e Maria Luiza Valverde, que conheci ao longo desses quatro anos, por toda a companhia, apoio e pelos momentos de descontração que tornaram essa caminhada mais leve e prazerosa.

Gostaria de deixar um agradecimento em especial ao meu orientador, Professor Ms. Mauro César de Paula, pelo suporte, paciência e orientação durante a realização deste trabalho. Sua dedicação e comprometimento foram imprescindíveis para que eu pudesse desenvolver este projeto com a qualidade e profundidade necessárias.

O problema abordado nessa monografia é: ocorreu a doença holandesa no período de 2000 a 2021? A hipótese é de que ocorreu a desindustrialização brasileira e causa foi a doença holandesa. O objetivo geral da pesquisa é analisar se outros setores da economia, em especial o setor de *commodities*, afetam o desenvolvimento industrial, evidenciando se ocorreu ou não o fenômeno da doença holandesa, bem como identificar o impacto da doença holandesa na economia. A análise inclui as teorias de comércio internacional das principais escolas econômicas, destacando o quanto a comercialização com o mercado internacional agrega valor a um setor econômico. Casos já registrados de doença holandesa em outros países também são utilizados nesse estudo, para demonstrar os sintomas e os impactos enfrentados na economia. Por meio da metodologia de pesquisa descritiva os resultados empíricos confirmam que o Brasil sofreu com os impactos da doença holandesa, e o quanto a falta de participação da indústria brasileira na economia internacional prejudica o setor, confirmando as teorias abordadas ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Brasil; Doença Holandesa; Indústria; Exportação; Taxa de Câmbio.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Valor de mercado do GPFG e o Preço Internacional do Petróleo (Dubai) de 1996 a 2012	28
Gráfico 02 - Brasil: participação no valor adicionado da atividade industrial, no período de 2000 a 2024	37
Gráfico 03 - Brasil - participação no valor adicionado, segundo grupos de atividades, no período de 2000 a 2024	38
Gráfico 04 - Brasil: exportação total, exportação de produtos básicos e de bens de capitais, no período de 2000 a 2021	39
Gráfico 05 - Brasil: balança comercial, no período de 2000 a 2021	42
Gráfico 06 - Brasil: participação das ocupações da indústria de transformação no período de 2000 a 2021.	43

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COVID-19 - Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

GDP - Produto Interno Bruto

GPFG - *Government Pension Fund Global* (Fundo Soberano da Noruega)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS - Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

SWF - *Sovereign Wealth Funds* (Fundos de Riqueza Soberana)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Crescimento do valor adicionado ao produto dos segmentos industriais da Noruega de 1975 a 2007 **30**

Tabela 02 - : Brasil: exportação, importação e balança comercial, no período de 2000 a 2021 **41**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 Pensamento Mercantilista	12
1.2 Visão Clássica: Adam Smith e David Ricardo	13
1.3 Visão Neoclássica	15
1.4 Definição Doença Holandesa	16
1.5 Visão schumpeteriana de desenvolvimento econômico	18
1.6 Crescimento econômico com base no Comércio Internacional	19
2 Contexto histórico: doença holandesa	21
2.1 Sintomas e neutralização	21
2.2 Doença Holandesa no mundo	23
2.3 Doença Holandesa na Holanda	24
2.4 Doença holandesa na Noruega	26
3 Brasil: doença holandesa	31
3.1 Políticas Econômicas adotadas no Brasil de 2000 a 2021	32
3.2 Metodologia	34
3.3 Análise dos dados	35
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

A doença holandesa é um fenômeno econômico que afeta países subdesenvolvidos, caracterizado como a especialização produtiva de uma economia em recursos naturais. Esse fenômeno afeta países subdesenvolvidos e tem como consequência o atraso do setor industrial, prejudicando o crescimento econômico do país.

Em países que a doença holandesa é encontrada, a taxa de câmbio representa um problema, por tornar a moeda nacional valorizada, afetando a competitividade industrial perante o mercado internacional, assim, a indústria sendo um dos principais setores econômicos irá apresentar queda no seu valor adicionado.

O setor industrial é um dos principais contribuintes para desenvolvimento e crescimento econômico de um país. O processo de desindustrialização, de uma economia é preocupante, pois, o setor tem grande capacidade de agregar valor e, em contrapartida, a doença holandesa gera queda significativa do valor adicionado do setor industrial no produto nacional.

Muitos economistas associam a doença holandesa a economia brasileira dos anos 2000 a 2021, por ser o período seguinte a abertura comercial, ocorrida nos anos 90. Nesse período o setor que mais se destacou na economia brasileira foi o setor agropecuário.

A visão das principais escolas de pensamento econômico apontam a importância da comercialização com outros países. O pensamento mercantilista defende que a fonte de riqueza de um país era proveniente do comércio de produtos manufaturados. Os clássicos defendiam que a riqueza era advinda da terra, e que os recursos primários que geravam renda. Os neoclássicos apontavam a importância da otimização do processo produtivo, com uma distribuição equitativa de rendas.

A visão Schumpeteriana aponta a importância de inovar nos processos produtivos de um país, defendia que frequentemente novas tecnologias deveriam ser adotadas na produção para aumentar a competitividade no mercado internacional. A teoria de Schumpeter se contrapõe a doença holandesa, visto que

o setor primário é que menos emprega novas tecnologias.

Apesar do Brasil demandar a atenção dos economistas no que tange a doença holandesa, outros países já enfrentaram esse mal, como no caso da Holanda e Noruega. Por volta da década de 60, a Holanda enfrentou esse mal com o *boom* da descoberta de petróleo e gás natural, tornando conhecido o fenômeno. Não diferente da Holanda, a Noruega também enfrentou esse mal, com o alto nível das exportações de petróleo, porém, amenizou seus impactos com eficientes políticas econômicas.

A pergunta que essa monografia busca responder é: ocorreu a doença Holandesa no Brasil no período entre 2000 a 2021? Diante disso, a hipótese apresentada por essa monografia é de que o Brasil sofreu com a desindustrialização e a responsável por esse acontecimento é a doença holandesa, por meio do enfoque da economia brasileira no mercado de *commodities*, deixando de lado os outros setores da economia.

O objetivo geral desse trabalho é comparar o setor industrial com outros setores e assim, analisar se houve o processo de doença holandesa, com os objetivos específicos, como identificar de que maneira a doença holandesa aconteceu no Brasil, comparar a participação do setor primário com o manufaturado e o impacto das exportações de *commodities* para a indústria.

De modo a investigar a ocorrência do problema, este estudo utilizará a pesquisa descritiva para analisar os dados, bem como descrever seu comportamento ao longo do período, evidenciando as tendências do contexto econômico. Serão utilizados dados estatísticos para a análise de como a indústria e o setor de *commodities* vem se desenvolvendo na economia brasileira, como o valor adicionado, balança comercial e nível de ocupação.

Esta monografia será dividida em três capítulos para melhor compreensão do estudo. O primeiro capítulo consiste em uma análise da fundamentação teórica de acumulação de riqueza para os países, bem como a compreensão do conceito de doença holandesa, e a teoria sobre desenvolvimento e crescimento econômico. O segundo capítulo será abordado a ocorrência da doença holandesa ao longo da história, expondo os principais casos já ocorridos no mundo, e destacando o caso na Holanda e na Noruega. E terceiro capítulo será abordado o caso brasileiro, com análise dos resultados obtidos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo trata-se de uma revisão bibliográfica que apresenta a importância da comercialização com o mercado externo e o desenvolvimento da indústria, bem como esses fatores influenciam o crescimento socioeconômico de um país.

O capítulo abordará os seguintes tópicos: mercantilismo, visão clássica segundo Adam Smith e David Ricardo, a concepção neoclássica, a visão schumpeteriana sobre desenvolvimento econômico e o conceito crescimento econômico.

A doença holandesa consiste em um problema econômico causado devido à diferença do volume das exportações do setor de manufaturados e o setor responsável pela produção de bens primários. Na visão de Oreiro e Feijó (2010), a doença holandesa é a perda de participação do setor industrial como fonte de geração de empregos e de valor agregado para a economia.

1.1 Pensamento Mercantilista

Por volta do século V a XV, o modelo econômico seguido pela Europa era o feudalismo, baseado em um sistema hierárquico, onde a economia era baseada em agricultura, focada apenas no mercado interno.

Após o feudalismo surgiu uma nova doutrina econômica, o mercantilismo, entre os séculos XVI e XVII, onde o modo de produção, estrutura social e política, sofreram profundas transformações.

Para os mercantilistas o setor de produtos manufaturados era de suma importância na economia de um país, a partir da produção desses bens, a dependência da importação diminuiria, levando a uma balança comercial favorável.

Os mercantilistas aplicaram um modelo econômico de protecionismo ao mercado interno, no qual deveria manter a balança comercial superavitária, com

um alto nível de exportações de bens manufaturado e, em contrapartida, um baixo volume de importações.

Procurava-se incentivar a indústria, para se obter uma balança comercial superavitária. Nesse sentido, o estado concedia o monopólio a alguns indivíduos para a produção de determinados bens, fixava a taxa de juros e estabelecia salários máximos, de modo a manter a competitividade das exportações. Normas governamentais limitavam o consumo interno de bens de luxo exportado, tais como tapeçarias, cristais, louças, tecidos finos e couros manufaturados. (SOUZA, 1997, p. 90)

Segundo Souza (1997), além dos efeitos na balança comercial, para os mercantilistas a atividade industrial representava uma contribuição para o crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico. Para os mercantilistas o setor de manufaturados contribuía com o crescimento do nível de emprego e aumento do nível de renda.

De acordo com o pensamento mercantilista o setor industrial trazia aumento da divisão do trabalho, uma vez que as economias baseadas em manufaturas não produziam apenas para o mercado interno, mas também, produziam para exportar. Ou seja, segundo Souza (1997) os mercantilistas visavam a atividade industrial como meio de aumentar o trabalho e manter a balança comercial superavitária, com as exportações de manufaturas.

Com o declínio dos mercantilistas, surgiram os clássicos com uma visão diferente sobre a geração de riqueza de uma nação. Surgiram pensadores como Adam Smith e David Ricardo que defendiam que a nação só acumularia riqueza a partir da terra, não como os mercantilistas que defendiam que era se obtivessem uma balança comercial superavitária.

1.2 Visão Clássica: Adam Smith e David Ricardo

Para os clássicos a renda proveniente da terra foi considerada, por muito tempo, como a principal fonte de geração de riqueza. Segundo a teoria da renda

da terra, criada por David Ricardo, a geração de empregos só era possível se fosse proveniente da terra, isto é, recursos naturais oferecidos pela terra que eram capazes de trazer crescimento econômico.

Em contrapartida, Adam Smith, defendia que o método para acúmulo de riqueza é o aumento da divisão do trabalho, onde o processo produtivo seria dividido em etapas. Economistas clássicos como David Ricardo e Adam Smith, utilizaram algumas de suas teorias para explicarem a diferença entre a participação de setores na economia, que ocasionalmente podem gerar um caso de doença holandesa em uma economia.

Um dos métodos utilizados para a análise de ocorrência de doença holandesa é o custo de oportunidade que uma economia tem ao focar sua produção em produtos primários, logo, esse país está desistindo de produzir produtos manufaturados. Reis (2023), explica a teoria de David Ricardo, a vantagem comparativa, que uma economia deve focar seu processo produtivo no setor que lhe apresentará o menor custo de oportunidade.

Quando uma economia escolhe concentrar sua produção em produtos primários, ele tende a lidar com o custo de oportunidade, como a perda de investimento em outros setores da economia, em especial o setor industrial.

Adam Smith, apresenta na obra “A Riqueza das Nações” o conceito da mão invisível que guia o mercado, de acordo com Moraes (2023) a metáfora utilizada por Smith trata-se de uma explicação de como o mercado se autorregula, de maneira que há uma tendência a concentrar seus recursos de forma eficiente. No entanto, em uma economia em que os recursos primários são descobertos, pode haver uma distorção dos sinais do mercado, podendo gerar uma má alocação dos recursos.

De acordo com Sarquis (2011), os modelos clássicos eram considerados básicos, e que deveria considerar o comércio internacional apresentado pelos mercantilistas, assim surgiram nos modelos teóricos, como o modelo neoclássico. O modelo neoclássico diferenciava-se da visão clássica por considerar outros fatores produtivos, não somente o trabalho.

1.3 Visão Neoclássica

Por volta do século XIX, surgiram os neoclássicos, suas ideias eram baseadas em um modelo que concentra uma visão otimista do processo produtivo. Segundo os neoclássicos, o crescimento econômico gera uma distribuição equitativa da renda, conforme cada indivíduo contribuiu com o processo produtivo.

Segundo Souza (1997) os neoclássicos, diferentemente dos clássicos, defendiam o crescimento econômico no curto prazo, focando sua atenção aos problemas de mercado, buscando uma melhor alocação dos recursos no processo produtivo. É evidente que os neoclássicos buscavam meios de melhorar o mercado gradativamente, ou seja, focavam sua atenção em cada setor econômico por vez.

O pensamento neoclássico, estabelece que a indústria deveria agir em livre mercado, sem que houvesse interferência governamental em suas negociações no mercado. Na opinião de Marshall apud Souza (1997) expansão do mercado externo, contudo, precisa ser efetuada em constância com a liberdade de comércio e com o desenvolvimento interno dos meios de transporte.

Um dos principais economistas neoclássicos foi Marshall apud Souza (1997), responsável pela organização industrial, divisão do trabalho, economias de escala, e investimentos em infraestruturas, criadoras de economia externas. Segundo Marshall, as economias externas surgem pelos seguintes fatores:

- a) Concentração industrial em uma região, ocasionada pela dependência entre essas indústrias, por ter menos custo de transporte;
- b) Especialização da mão de obra;
- c) Proximidade entre empresários, para que possam compartilhar conhecimentos técnicos;
- d) Por ser uma região em que o Estado irá investir em infraestrutura, devido à concentração de pessoas.

1.4 Definição Doença Holandesa

O termo “doença holandesa” ou “*dutch disease*” não se trata de um termo criado em campo acadêmico, seu surgimento veio da revista semanal inglesa *The Economist*, em 1977, em um artigo que retratava os problemas econômicos enfrentados pela Holanda após a descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte, no final da década de 1950 e seu impacto na Holanda, bem como essa descoberta afetou a indústria do país, e como esse processo de desindustrialização impactou a economia holandesa. Nos últimos anos o termo passou a ser utilizado para representar economias marcadas pelo excesso de entrada de capital externo.

O fenômeno da doença holandesa (*dutch disease*) é definido pela existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui, levando-o a se especializar na produção destes bens, e não se industrializar ou terminar se desindustrializando (BRESSER, 2008, p.7).

A doença holandesa passou a ser conhecida como causa de perda de competitividade de um país na economia internacional, assim para muitos economistas a doença holandesa gera a perda de importância econômica de alguns setores na economia, principal o setor de manufaturados.

A doença holandesa é um processo em que a economia de um país é voltada para o comércio de produtos primários, isto é, possui um grande nível de exportação de recursos naturais. Quando ocorre esse fenômeno econômico, o país enfrenta a desindustrialização.

A doença holandesa pode ser observada em uma economia por meio da apreciação da taxa de câmbio, sendo uma das principais características, junto a uma dependência de exportação de recursos naturais, no qual possui maior participação na economia do que o setor industrial. De acordo com Palma (2005), os indícios da doença holandesa são a falta de uma política econômica voltada para questões comerciais e industriais, gerando uma significativa alta nos preços, devido à liberdade concedida ao mercado, afetando as taxas de câmbio.

A doença holandesa consiste em uma apreciação da taxa de câmbio ocasionada pela grande quantidade de recursos naturais e humanos muito baratos, sendo compatíveis com uma taxa de câmbio inferior àquela que viabilizaria as demais indústrias de bens comercializáveis. (BRESSER, 2007, p. 5)

Com o excesso de exportação dos bens primários ocorre um aumento significativo das receitas de moeda estrangeiras. Logo, quando um país enfrenta a doença holandesa, sua indústria entra em retração, pois, sua taxa de câmbio apreciada não favorece a importação e exportação de produtos manufaturados, trazendo um processo de reprimarização da economia.

Na ausência de fatores que revertam o processo descrito, a restando apenas cadeias com menores encadeamentos com o resto da economia, como, por exemplo, a indústria de alimentos. Portanto, a descoberta dos recursos naturais, ao invés de “benção”, torna-se “maldição” para o país. (SILVA, 2013, p.4)

Segundo Bresser (2010), a doença holandesa é uma apreciação da taxa de câmbio e o mercado não consegue controlar essa apreciação por ela ser compatível com o longo prazo da conta corrente do país. Nos países dependentes de recursos primários ocorre uma valorização da moeda nacional no mercado internacional. Segundo Maia (2001), a valorização da moeda interna de um país gera uma recessão na indústria.

No caso da doença holandesa, a apreciação da moeda ocorre devido ao baixo preço de mercado e a falta de oferta no mercado, porém, com a alta demanda é necessário o aumento dos preços no mercado, uma vez recursos naturais são considerados bens escassos e dependentes de questões geográficas. Com o aumento dos preços a lucratividade na exportação desses bens, os recursos passam a ser destinados à produção de *commodities*.

De acordo com o teorema de Rybczinsk, em uma economia com mais de um produto, quando ocorre aumento do preço de um dos bens instantaneamente a produção do outro bem irá reduzir seu volume, uma vez que a produção irá se concentrar no bem que traz maior rentabilidade. Segundo Rybczinski apud Silva (2013), quando a produção do bem que é mais exportado cresce, o nível de produção de outro bem será afetada negativamente, isto é, deixará de produzir uma parte.

Como consequência da doença holandesa, países que a enfrentam, tendem a sofrer com o efeito do gasto. O efeito do gasto é caracterizado inicialmente pelo aumento da renda do setor de bens primários, gerando uma apreciação cambial, afetando à competitividade dos bens manufaturados comercializados.

Porém, uma grande parte da renda gerada pelo setor de bens primários será utilizada como investimento dentro do próprio setor e a outra parte será utilizada no setor de serviços. Consequentemente o setor de serviços enfrentará o aumento da demanda e apresentará um aumento dos preços domésticos, afetando ainda mais a taxa de câmbio.

Com relação ao efeito gasto, o aumento na renda implica maior demanda por serviços, contrabalançada por aumento no seu preço. Portanto, a combinação dos dois efeitos gera apreciação real da taxa de câmbio. (SOUZA, 2009, p.19)

O aumento do nível de renda de um país irá afetar a demanda por outros bens e serviços. No caso da doença holandesa, com o aumento da renda gerada pelas exportações de bens primários, a demanda por bens manufaturados importados cresce, além de impactar no crescimento da demanda por serviços.

1.5 Visão schumpeteriana de desenvolvimento econômico

O economista Joseph Alois Schumpeter foi um importante economista do século XX. Conhecido por ser um defensor do desenvolvimento econômico através de inovações tecnológicas e o fortalecimento das empresas. De acordo com Schumpeter apud Souza (1997), enquanto houver novos produtos e processos produtivos haverá desenvolvimento econômico.

De acordo com Schumpeter, a economia deveria basear-se em grandes empresas para que houvesse desenvolvimento econômico, e que essas grandes empresas fossem portadoras de capacidade de inovação.

O desenvolvimento, impulsionado pelo progresso técnico não se apresenta uniforme no tempo, como descrevem os modelos neoclássicos, mas alterna-se em períodos de prosperidade e de depressão. Em determinados momentos da vida econômica, multiplicam-se os projetos rentáveis e toda a economia prospera; em outras ocasiões, os negócios, em geral, se retraem e o desemprego aumenta. (SOUZA, 1997, p.174)

A indústria na visão schumpeteriana apresenta uma grande importância, por promover constantemente a utilização de tecnologias no seu processo produtivo, além de promover a inovação de produtos.

1.6 Crescimento econômico com base no Comércio Internacional

O conceito de crescimento econômico diferencia-se do conceito de desenvolvimento econômico, uma vez que crescimento econômico se refere a um aumento do volume da produção interna de um país, podendo ser medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto o desenvolvimento econômico avalia outras questões além do crescimento econômico, como a qualidade de vida da população.

O crescimento econômico de um país pode ser definido como o aumento a longo prazo da sua capacidade de oferecer à população, bens econômicos cada vez mais diversificados, baseando-se esta capacidade crescente numa tecnologia avançada e nos ajustes institucionais e ideológicos que esta exige. Qualquer dos três componentes da definição é importante (KUZNETS, 1977, p. 104).

Segundo Bresser (2005), para que ocorra o crescimento econômico de um país, devem ser adotadas três medidas: acúmulo de capital, crescimento populacional e inovação tecnológica. Assim, fica evidente que o setor industrial contribui com o crescimento econômico, por meio da indústria empregam-se novas tecnologias, ocorre uma concentração populacional nos centros industriais, devido a grande quantidade de mão de obra demandada.

O conceito de crescimento econômico está diretamente relacionado com a capacidade produtiva de um país, ou seja, pode-se dizer que quanto maior o nível de industrialização de um país, maior o crescimento econômico, conseqüentemente, maiores serão as chances de aumento do desenvolvimento econômico.

Dessa forma, ressalta-se a importância do desenvolvimento industrial para que o país deixe de depender de seus recursos naturais. Conseqüentemente, o país tomando um desenvolvimento industrial, resultara em um crescimento econômico.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: DOENÇA HOLANDESA

A doença holandesa e a maldição dos recursos naturais são fenômenos muito comuns de ocorrer em países subdesenvolvidos, e possuem características muito semelhantes. De acordo com Souza (2009), a maldição dos recursos naturais pressupõe que a abundância de recursos primários de um país tende a impedi-lo de se desenvolver. Por outro lado, a doença holandesa foca nos impactos da exportação de *commodities* sobre a taxa de câmbio.

Países que dependem de *commodities* tendem a sofrer com a apreciação da taxa de câmbio, uma vez que essa valorização se vê necessária no comércio internacional para que assim possam competir com outros países, que ofertam bens adquiridos de outros setores econômicos, e utilizam mais tecnologia no seu processo produtivo.

A doença holandesa é a apreciação da taxa de câmbio, ocasionada pelo crescimento das exportações de produtos primários. Segundo Bresser (2007), a taxa de câmbio cronicamente apreciada pode ser causada por dois motivos: a doença holandesa ou as entradas excessivas de capitais para financiar deficits desnecessários em conta corrente.

Keynesianistas acreditam que a taxa de câmbio pode influenciar a demanda agregada. Uma moeda mais fraca pode tornar as exportações mais competitivas, aumentando a demanda externa e estimulando a economia. O presente capítulo irá abordar os sintomas e a neutralização da doença holandesa, e os casos de doença holandesa já registrados no mundo, Holanda e Noruega.

2.1 Sintomas e neutralização

A doença holandesa apresenta seus sintomas através de uma apreciação da taxa de câmbio, ocasionada pelo crescimento das exportações de *commodities*. As exportações de recursos naturais causam um grande fluxo de entrada de capital externo na economia, capaz de gerar uma apreciação da taxa de câmbio.

Com o câmbio apreciado a economia passa a enfrentar dificuldade em comercializar seus bens manufaturados, apresentando um risco de sofrer com a

desindustrialização. Segundo Bresser (2010), a doença holandesa é um fenômeno econômico estrutural que pode gerar a desindustrialização.

Segundo Bresser (2010), a doença holandesa é caracterizada como uma falha de mercado, pois, o setor responsável pela produção de *commodities* afeta negativamente o setor de manufaturas. Logo, esse fenômeno econômico constitui-se através da diferença entre a taxa de câmbio que equilibra a conta-corrente e a taxa cambial que favorece o mercado responsável pela produção de *commodities*.

A doença holandesa só ocorre em países em que o setor de produtos de recursos naturais é mais competitivo do que os outros setores. Porém, a doença holandesa ocorrerá apenas se ela tiver origem das rendas ricardianas provenientes da exportação de produtos primários. As rendas ricardianas podem beneficiar os produtores de *commodities* e os consumidores, já que adquirem um produto relativamente barato.

Segundo Rosa (2014), a inviabilidade econômica que as indústrias de alta tecnologia encontra em países subdesenvolvidos é resultante de doença holandesa. De acordo com Bresser (2010), em uma economia portadora de doença holandesa, as empresas de alta tecnologia só encontraram viabilidade para produzir se seu nível de produção for superior ao das empresas responsáveis pelo excesso de exportação de *commodities*.

Ainda de acordo com Bresser (2010), com a interferência da doença holandesa na economia, o equilíbrio da taxa de câmbio irá impossibilitar a produção de manufaturas, devido ao preço de comercialização no comércio exterior.

Para Oomes e Kalcheva (2007), os principais sintomas da doença holandesa são: a apreciação cambial, baixa expansão do setor manufatureiro, rápido crescimento do setor de serviços, salários médios elevados e desemprego como fatores apresentados por países com doença holandesa.

A solução para controlar a doença holandesa é o controle da taxa cambial, amenizando sua valorização. Segundo Bresser (2010), uma opção para neutralizar os impactos do câmbio apreciado seria uma taxa de câmbio flutuante administrada, na qual ocorre flutuações do mercado, mas o governo tem poder de controlar a variação cambial. A participação do governo no controle da variação cambial pode ocorrer através do aumento das taxas de juros, impostos sobre os bens que geram a doença holandesa, crescimento das reservas internacionais e controle da entrada de capital estrangeiro.

A imposição de impostos irá promover um aumento de preços das *commodities*

diminuindo sua demanda no mercado internacional, assim a taxa de câmbio apresentará uma queda. Com a redução da taxa de câmbio, os produtos manufaturados se tornarão mais competitivos. Segundo Rosa (2014), os impostos irão elevar o preço dos produtos no mercado internacional, de maneira que a taxa de câmbio se eleve a um nível que faça a produção industrial se tornar competitiva.

Não manter os recursos adquiridos por meio da produção dos recursos naturais causadores da doença holandesa é uma opção para neutralizar os efeitos da doença, uma vez que pode evitar a apreciação cambial. Para Rosa (2014), o recurso deve ser investido em um fundo internacional utilizado para estabilização do câmbio.

O impacto da doença holandesa nos países dependentes da produção de recursos primários pode ser notado através do alto nível de exportação de *commodities*, seguido pela taxa de câmbio apreciada e a dificuldade de desenvolvimento da indústria. No entanto, há maneiras de neutralização dos efeitos desse fenômeno na economia, como o controle do câmbio pelo governo, buscando um novo equilíbrio para taxa cambial, viabilizando para outros setores econômicos.

2.2 Doença Holandesa no mundo

O fenômeno da doença holandesa afeta diversos países, em especial os países subdesenvolvidos, que tem sua economia dependente da exportação de bens primários. A dependência de recursos naturais tende a dificultar para outros setores da economia, especialmente o setor industrial.

[...] refere-se a uma situação na qual a descoberta de novos recursos naturais de um país ou um *boom* nos preços de tais recursos conduzem a uma apreciação real da moeda do país, o que, por sua vez, pode dificultar o crescimento do setor manufatureiro ou de outros bens comercializáveis (PRIEWE, 2012, p. 1).

Segundo Black (2015), o fenômeno da doença holandesa vem preocupando diversos economistas ao longo da história, em relação ao desenvolvimento econômico em regiões ricas em recursos naturais. Diversos países já registraram casos de doença holandesa, dentre eles destacam a Austrália e Canadá.

A descoberta do ouro na Austrália, no século XIX, atraiu a atenção do mundo inteiro, gerando um aumento de imigração no país, ocasionando um *boom* econômico.

Segundo Corden (1984), por causa da descoberta do ouro no século XIX na Austrália, a doença holandesa se desenvolveu no país, impactando diretamente a indústria holandesa.

Devido à grande demanda por ouro, o país esteve diante de um aumento de receitas. Com a entrada de capital estrangeiro na economia australiana, a moeda nacional sofreu uma apreciação, tornando os produtos manufaturados nacionais mais caros no comércio internacional, perdendo competitividade, sintomas de doença holandesa.

Assim como ocorrido na Austrália, o Canadá também enfrentou o fenômeno de doença holandesa, nos anos 2000. Com o crescimento da demanda por petróleo e gás natural no mundo, o Canadá com sua grande quantidade de reservas de petróleo e gás enfrentou um *boom* de *commodities* impulsionando a economia do país.

Com o impulso gerado pelo *boom* nas exportações de produtos primários, o câmbio passou a ser mais valorizado, conseqüentemente as manufaturas canadenses se tornaram mais caras no mercado internacional.

A doença holandesa vem afetando os países dependentes de recursos naturais desde antes do século XIX, como no caso da Austrália, e vem percorrendo o século XXI como afetou o Canadá.

2.3 Doença Holandesa na Holanda

De acordo com Bresser (2007), a denominada "doença holandesa" surgiu na Holanda na década de 1960, em decorrência da descoberta de uma vasta reserva de gás natural. A exploração desse recurso natural propiciou um aumento significativo das exportações, embora tal crescimento tenha se restringido ao setor de bens primários, enquanto o setor de bens manufaturados obteve uma queda em sua participação na economia.

O influxo de capital externo e a conseqüente abertura de divisas resultaram em uma apreciação excessiva da moeda local, o que comprometeu a competitividade da indústria holandesa e deu origem a um processo de desindustrialização.

Com a perda de competitividade da indústria holandesa no contexto da economia global, a mão de obra passou a se concentrar na produção de gás natural, resultando em um cenário econômico da Holanda que se mostrou inferior ao anterior

à descoberta desse recurso. Tal situação impediu o crescimento econômico do país. Para Bresser (2007), o pleno emprego da força de trabalho em nações afetadas pela doença holandesa encontra-se mais distante em comparação com países industrializados, uma vez que a demanda por bens primários é insuficiente para absorver o volume de empregos disponíveis.

Segundo Veríssimo (2010), a apreciação cambial ocorre em países onde a política de câmbio apresenta falhas que não conseguem mitigar os efeitos da doença holandesa, levando à diminuição da competitividade industrial local e à redução das exportações de bens manufaturados, que possuem maior valor agregado. Isso resulta em um retrocesso no processo industrial, uma vez que a elevação das receitas de exportação provoca uma apreciação da taxa de câmbio corrente, de forma inconsistente com a alavancagem da competitividade dos setores de bens manufaturados que utilizam tecnologias avançadas.

A consequência desse processo é a redução da participação do setor industrial na economia do país, resultando na realocação de recursos para a produção de recursos naturais, que se mostram mais rentáveis para as nações com apreciação cambial. Dessa forma, os países que apresentam os sintomas da doença holandesa tendem a enfrentar dificuldades de crescimento a longo prazo.

O setor industrial é considerado o mais competitivo e dinâmico do que o setor de *commodities*, tornando a doença holandesa torna-se um obstáculo para o crescimento econômico das nações que a vivenciam. Além disso, a atividade industrial é responsável por proporcionar ganhos de produtividade superiores, em razão do progresso tecnológico. Assim, torna-se mais vantajoso, de forma geral, exportar produtos manufaturados, que possuem maior valor agregado e tecnologia avançada, do que depender exclusivamente das exportações de recursos primários. Segundo Veríssimo (2010), os países com capacidade industrial demonstram maior eficiência econômica em comparação àqueles que se concentram no comércio de *commodities*.

Os efeitos da doença holandesa na economia dos países variam conforme a intensidade com que se manifestam, isto é, dependem do nível de exportação de bens primários, da apreciação cambial e do grau de desindustrialização da nação, segundo, Bresser (2008). De maneira geral, o impacto resultante da doença holandesa é a apreciação da taxa de câmbio no país afetado. A demanda excessiva por produtos primários de outros países elevam a entrada de capital estrangeiro, favorecendo o aumento da taxa cambial. Consequentemente, os produtos manufaturados enfrentam dificuldades em serem exportados, o que reduz sua competitividade no mercado

internacional.

Ao utilizarem recursos baratos, as respectivas *commodities* causam a apreciação da taxa de câmbio porque podem ser rentáveis a uma taxa mais apreciada do que a necessária pelos outros bens comercializáveis produzidos com a melhor tecnologia disponível no mundo. Os recursos são 'baratos' porque dão origem a rendas ricardianas para o país, ou, em outras palavras, são baratos porque seus custos e correspondentes preços são menores do que aqueles existentes no mercado internacional os quais são determinados pelo produtor marginal menos eficiente admitido nesse mercado. (BRESSER, 2007, p. 5)

A doença holandesa pode ser identificada por meio da redução da participação do setor industrial no PIB e pela diminuição do valor agregado da indústria em relação ao emprego total de um país. Segundo Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização resultante de um caso de doença holandesa não se restringe apenas ao volume de bens manufaturados produzidos e exportados, mas também à participação desse setor como fonte de geração de empregos e de valor agregado para a economia.

2.4 Doença holandesa na Noruega

Em 1971 iniciou-se a exploração de petróleo na Noruega, trazendo uma reestruturação na economia do país. Segundo Larsen (2004), em dez anos a exportação de *commodities*, em especial petróleo e gás se tornariam responsável por 20% da composição do PIB norueguês.

A partir de 1970 o setor de mineração apresentou um aumento na participação no valor adicionado ao produto norueguês. Além do aumento na participação do setor de mineração na economia da Noruega, as exportações de petróleo e gás natural cresceram, em contrapartida, o setor industrial apresentou uma retração na economia.

A renda adquirida pelo petróleo é definida pelo preço internacional do petróleo, assim, qualquer variação ocorrida no preço internacional do petróleo irá afetar o valor adicional do setor de mineração. Entre 1975 e 1985 houve um crescimento do preço do petróleo.

Com o aumento do preço internacional do petróleo, os preços do petróleo norueguês apresentaram um aumento, acompanhando o mercado internacional. O aumento de preços de petróleo, o câmbio no país apresentou uma apreciação, gerando uma perda de competitividade industrial. Segundo Rosa (2014), os ganhos

pela exploração de petróleo e gás podem representar uma apreciação na taxa de câmbio no país, ocasionando em uma perda de competitividade industrial.

Essa apreciação cambial ocorrida na Noruega entre 1975 e 1985, gerada pelo aumento nas exportações de *commodities*, após a descoberta de petróleo e gás natural, causou a perda de participação do valor adicionado do setor industrial ao produto, apontando sintomas de doença holandesa.

Segundo Larsen (2004), a preocupação vai além do nível de participação das rendas advindas da exploração de petróleo, mas a diferença da produtividade dos setores da economia. A perda de participação da indústria na economia geram riscos ao desenvolvimento econômico. De acordo com Morceiro (2012), o produto proveniente do setor industrial impacta mais o PIB do que produtos primários.

Quando um país detém uma grande quantidade de reservas internacionais, sendo superior ao volume necessário para estabilização da economia, são criados fundos de riqueza soberana. Também chamados de *Sovereign Wealth Funds* (SWF), os fundos de riqueza soberana têm como objetivo conter as reservas formadas por moeda estrangeira.

O fundo de riqueza soberana norueguesa, também chamado de *The Norway's Governmet Pension Fund Global* (GPF) foi estabelecido em 1990 pela Lei do Fundo do Petróleo Governamental pelo *Storting* (parlamento norueguês), após uma queda de preço do petróleo, ocorrida em 1986, formado pelos recursos provenientes da exploração de hidrocarbonetos noruegueses. Conforme Gjedrem (2010), as suas principais regras são:

- a) Todas as receitas petrolíferas do governo devem ser transferidas para o GPF;
- b) O fundo é integrado nas contas do governo central. Em caso de deficit na economia, deverá ser suprido pelo fundo, ainda o governo não pode adquirir empréstimos para suprir as despesas se houver capital no fundo;
- c) O capital do fundo somente pode ser gasto na economia doméstica através de transferência do orçamento geral, e não transferências destinadas;
- d) O capital do fundo não pode ser investido na Noruega.

O GPF surgiu com o objetivo de resguardar as reservas norueguesas para o longo prazo e proteger a economia das possíveis variações cambiais futuras, capazes de ocasionar doença holandesa. Inicialmente o fundo era utilizado apenas para conter recursos, apenas era depositado recursos no fundo, e em seguida era tudo repassado ao orçamento do governo. Segundo Larsen (2004) o governo norueguês manteve uma disciplina fiscal para arcar com seus déficits e após isso arrecadar recursos para

constituir o fundo, a partir de 1996.

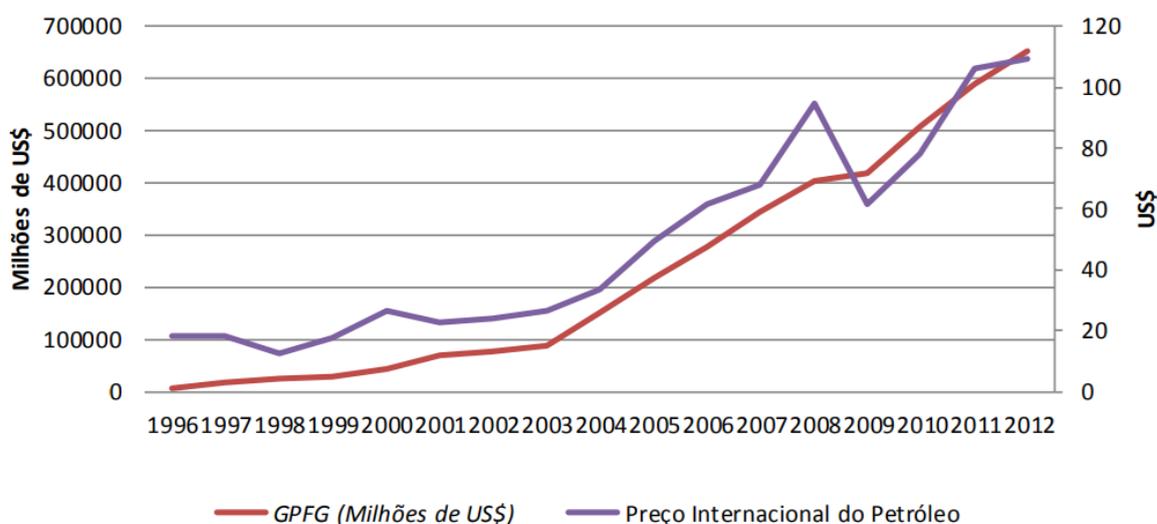
A estratégia tomada pelo GPFG no início ainda é de investimentos conservadores, mas é perceptível a característica de longo prazo adotada pelo fundo. Em 2005, o parlamento Norueguês aprova mudanças no fundo, dentre ela o nome, passando para GPFG. (ROSA, 2014, p.39)

A função de reserva de valores para o longo prazo, prevê resguardar valores para futuras gerações, por razões éticas, considerando que o petróleo levou milhares de anos para ser constituído, os recursos provenientes dessa *commodities* não pode ser utilizado apenas por uma geração. O fundo passa também a controlar a entrada de capital de recursos provenientes da exportação de petróleo, com o intuito de controlar as flutuações cambiais.

Segundo Chambers, Dimson e Ilmanen (2012), em 15 anos o GPFG deixou de ser o menor fundo de riqueza soberana, para se tornar o segundo maior fundo, além de ter sido considerado o maior investidor do mundo. O **Gráfico 1** mostra o crescimento do fundo.

O **Gráfico 1** comprova que o governo norueguês cumpriu com o objetivo de guardar reservas para as gerações futuras. No gráfico é possível perceber que o fundo expandiu conforme o preço internacional do petróleo cresceu, e em grande parte do período mantém uma aproximação entre os dois.

Gráfico 1: Valor de mercado do GPFG e o Preço Internacional do Petróleo (Dubai) de 1996 a 2012



Fonte: Rosa (2014, p. 44)

No período de 2008, o preço internacional do petróleo apresentou uma queda,

porém, o GPFG mantém a tendência de crescimento do período anterior, isso se deve as exportações de gás natural, também muito forte na Noruega. O gás natural não tem seu preço controlado pelo mercado internacional, por isso as variações de preços no mercado exterior não acometeram os recursos do fundo nesse período.

A partir dos anos 2000 o gás natural passou a ganhar mais força no mercado norueguês, superando o petróleo. Passando a ter uma maior atuação na composição dos valores destinados a GPFG, além de fazer com que o petróleo deixe de ser a variável responsável por conduzir a taxa de câmbio. Segundo Rosa (2014), os recursos adquiridos a partir da exploração do gás natural não são superiores à exploração do petróleo, mas apresentam um aumento de participação, melhorando a composição do fundo e desatrelando tanto esse quanto a taxa de câmbio ao preço internacional do petróleo.

Ainda de acordo com Rosa (2014), os dois principais regimes de captação de recursos advindos do petróleo e gás natural são o regime de concessão e o contrato de partilha. Com o contrato de concessão o governo adotou três tipos de impostos e tributos, os convencionais, bônus de assinatura e *royalties*.

O regime de concessão a propriedade do recurso explorado é da empresa concessionária, em contrapartida, no contrato de partilha é propriedade do governo. No contrato de partilha a empresa produtora assume os riscos do processo e assim obtém o direito de partilha do recurso.

O modelo de exploração norueguês possui um regime de concessão baseado em uma forte presença estatal no processo produtivo. Segundo Rosa (2014), a lei nº27 de 29 de novembro de 1995 afirma que o regime de concessão é construído a partir de uma licença de produção, destinando um direito garantido e exclusivo das empresas exploradoras de gás e petróleo de produzir em determinadas regiões, por um determinado período.

Segundo Lustosa (2002), o processo produtivo do segmento petrolífero é baseado em quatro elos: exploração e produção, transporte e armazenagem, refino e distribuição. Nesse processo apenas a etapa do refino é de manufatura, nesse sentido, as indústrias que se relacionam com a exploração de petróleo apresentam um crescimento do valor adicionado, do que as indústrias que não se relacionam com a exploração do minério.

Tabela 1: Crescimento do valor adicionado ao produto dos segmentos industriais da Noruega de 1975 a 2007

Setor	Valor adicionado	Variação do valor adicionado			Valor adicionado
	1975	1975 - 1985	1985 - 1995	1995 - 2007	2007
Coque, produtos petrolíferos refinados, combustível nuclear e químicos e produtos químicos	875.462.250	199%	214%	200%	24.623.978.600
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	880.892.400	343%	256%	226%	45.317.073.250
Outros produtos minerais não metálicos	301.884.000	370%	94%	272%	10.221.370.800
Metais básicos	301.884.000	331%	303%	134%	21.258.043.500
Produtos metálicos (exceto máquinas e equipamentos)	468.332.800	282%	152%	259%	16.228.961.480
Construção e reparação de navios e barcos	525.745.190	278%	297%	314%	32.563.867.740
Máquina e equipamento	884.676.000	258%	97%	421%	32.545.885.430
Fármacos	4.250.540	2932%	712%	251%	3.674.439.020
Atividades conectadas a Mineração	4.465.613.940	287%	211%	248%	186.433.619.820
Total	7.798.151.980	338%	144%	181%	235.090.586.710

Fonte: Rosa (2014, p. 76)

A **Tabela 1** mostra o desenvolvimento do valor adicionado dos diferentes segmentos industriais, é possível perceber que a indústria que possui menor variação de crescimento adicionado é a indústria do setor responsável pela produção de coque, produtos petrolíferos refinados, combustível nuclear e químicos.

A economia norueguesa embora seja baseada em comercializar o petróleo e o gás natural, detém políticas econômicas e fiscais para neutralizar os efeitos da doença holandesa. Por meio do fundo GPF, protege sua moeda e evita uma valorização excessiva do câmbio, evitando assim que o país passe por uma desindustrialização.

3 BRASIL: DOENÇA HOLANDESA

Em geral, países subdesenvolvidos, com grandes vantagens competitivas na produção de *commodities* tendem a ser afetados pela doença holandesa. Segundo Bresser (2007), a doença holandesa é uma falha de mercado que acomete quase todos os países em desenvolvimento e que detenham mão de obra barata.

O Brasil é um país subdesenvolvido, com sua economia baseada na produção de *commodities*. A partir de 2003, houve um aumento na demanda e dos preços relativos das *commodities*, combinado com uma taxa de juros elevada no mercado interno e externo, o câmbio sofreu uma apreciação, intensificando os efeitos da doença holandesa.

De acordo com Bresser e Marconi (2008), o principal impacto da doença holandesa na economia brasileira é o deslocamento dos fatores de produção para os setores responsáveis pela produção de bens primários. Podendo gerar desindustrialização, já que esses recursos poderiam estar alocados na indústria.

A desindustrialização brasileira vem gerando um retrocesso na economia para o país. Segundo os dados fornecidos pelo IPEA (2024) o saldo da balança comercial das *commodities* de 1992 a 2007 apresentou um crescimento com saldo acumulado em 162,8%, enquanto o setor de manufaturados apresentou resultado negativo, apenas 62,8%.

A doença holandesa havia sido neutralizada de 1930 a 1980 no Brasil, por conta disso, tornou-se o país que mais cresceu no período, a neutralização ocorreu através da imposição de retenção nas exportações de recursos primários, também chamado de confisco fiscal e um intenso controle da taxa cambial.

Ocorrera também uma queda de investimento interno no setor industrial, alocando-o para o setor de serviços e crescimento da taxa de câmbio, gerando a queda da competitividade industrial. O produto industrial chinês também representou um risco para as exportações de manufaturas brasileiras, afetando ainda mais a competitividade das exportações industriais brasileiras.

Combinada a queda das exportações de manufaturas, o Brasil passou a importar mais os produtos industrializados, até mesmos insumos industriais, principalmente químicos e eletrônicos, afetando de maneira nociva às cadeias produtivas da indústria brasileira.

3.1 Políticas Econômicas adotadas no Brasil de 2000 a 2021

A partir dos anos 2000 o Brasil passa a enfrentar uma série de crises econômicas, responsáveis por colocar a produção industrial em risco. Na tentativa de mitigar esses impactos, o Brasil vem adotando políticas econômicas para superar as crises.

O crescimento dos preços do petróleo no mercado internacional causou alterações nos preços de combustíveis do mercado brasileiro. O aumento de preços internacionais impactou de maneira mais significativa os preços brasileiros por conta da desvalorização do real, isto é o aumento foi ainda maior para o Brasil.

No período em análise a taxa de câmbio tem sido fundamental para controle da inflação. O Banco Central do Brasil utiliza como ferramenta fundamental, através da aplicação de juros elevados, buscando a valorização da taxa de câmbio. No entanto, essa política econômica adotada pelo BACEN apresenta pontos negativos, como a perda de competitividade das exportações industriais.

A economia brasileira em 2008 apresentou uma nova crise, com uma desaceleração econômica no último trimestre do ano, com queda do PIB. Em 2009 a economia começou a se recuperar, já atividade industrial e o nível de desemprego também apresentaram recuperação, mesmo que em ritmo lento. Muitos economistas apontam um conjunto de políticas aplicadas pelo governo como responsáveis pela recuperação da economia.

Dentre as medidas aplicadas para contenção da crise, a primeira a ser apontada é a recuperação da liquidez da economia, por meio do afrouxamento das regras do compulsório para depósitos a vista e a prazo. Segundo Freitas (2009), o BACEN fez dez alterações nas regras do compulsório, entre o dia 23 de setembro e 13 de novembro, no entanto não houve melhoras no cenário econômico, por conta da preferência dos bancos pela liquidez e à possibilidade de investir de forma segura, rentável e com baixo risco em títulos públicos. Enquanto essas ações não geravam resultados, os principais bancos públicos (BB, CAIXA e BNDES) foram convocados para abastecer o mercado de crédito brasileiro, tentando mitigar a redução do crédito que vinha dos bancos privados.

Uma das mudanças apresentadas sobre o compulsório de depósitos a prazo foi a autorização para utilizarem até 40% dos recursos do compulsório sobre os depósitos a prazo para adquirirem instituições financeiras, assim as instituições

financeiras maiores poderiam adquirir as de porte menor e mais afetadas pela crise, assim garantiria a solidez do sistema bancário.

Outras medidas adotadas pelo BACEN foi a redução da taxa básica de juros, ainda no início de 2009. Para contenção da crise cambial, o BACEN interveio por meio de operações de venda de dólares no mercado a vista também por meio de leilões de venda com compromisso de recompra.

À medida que apresentou melhores resultados foram as mudanças fiscais, dentre elas medidas de desonerações fiscais, a primeira, em 2008, beneficiava o setor automobilístico, seguido dos setores responsáveis pela produção de eletrodomésticos da linha branca, depois a construção civil e em seguida o setor de produção de móveis.

Para impulsionar a construção civil, foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida, que visava a construção de mais de um milhão de casas populares, mesmo que tenha sido um programa criado para reduzir o deficit habitacional brasileiro.

Anos mais tarde, em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada pelo governo chinês que estava ocorrendo casos de pneumonia em seu território e que os casos estavam se multiplicando rapidamente. Já em janeiro de 2020, autoridades chinesas identificam que o coronavírus era o responsável pelos casos de pneumonia, e já havia se espalhado para outros países. Logo, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, passando a ser uma pandemia.

Os casos de coronavírus rapidamente chegaram ao Brasil, e rapidamente se espalhou. Com o crescimento dos casos e alta taxa de letalidade, combinado a uma falta de vacinas e medicamentos eficazes no combate ao COVID-19, o país tornou-se um ambiente de incertezas, dando início a um isolamento social, na tentativa de conter o avanço do vírus.

O isolamento social no Brasil trouxe impactos para a economia brasileira, com choques de oferta e demanda. No primeiro instante a produção se viu paralisada, as empresas fecharam as portas, afetando a oferta de mercadorias no mercado e a comercialização de insumos no comércio internacional. Após o impacto na oferta, a demanda foi atingida pela crise, por conta da queda da produção o consumo das famílias também se retraiu, outro fator que motivou a redução da demanda foi a diminuição da renda das famílias. Com a instabilidade da oferta e demanda da economia, o Brasil passou a representar um país de incerteza para os empresários, dificultando os investimentos no país.

Índices de incerteza elevados comprometem a confiança, ativam comportamentos prudentiais nos agentes econômicos e, conseqüentemente, retardam decisões de consumo das famílias e investimentos das empresas. A superação da fase de isolamento compulsório e voluntário imposto pela pandemia deve promover uma redução dessa incerteza. No entanto, permanecem em aberto as expectativas relacionadas ao tempo de reversão e ao perfil do novo normal que esse índice deverá evidenciar. (SILVA, 2020, p. 12)

Na tentativa de conter os impactos da pandemia, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, dentre elas, no mês de março de 2020 um conjunto de medidas contracíclicas sem impacto fiscal, como o adiamento do pagamento de impostos das empresas, adiamento ou redução das contribuições previdenciárias patronais para empresas que adotaram o *lockdown* e antecipação do 13^a dos aposentados.

No entanto, essas medidas tomadas pelo governo se mostraram ineficazes no combate a crise econômica. Assim o governo federal adotou o auxílio emergencial de renda, para a população mais vulnerável. Outra medida tomada foi a aprovação pelo Congresso Nacional do estado de calamidade pública (Decreto Legislativo nº. 6, de 20/03/2020) no país com vigência até o 31/12/2021, permitindo que o Brasil descumpra em 2020 as metas de resultados fiscais regidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei das Diretrizes Orçamentárias, dessa forma o governo poderia aumentar seus gastos para combater a crise, mediante queda de arrecadação de impostos.

Posteriormente, o Congresso aprovou o “Orçamento de Guerra”, destinando verba ao combate da crise, sem tetos de gastos e a proibição de emissão de dívida pública para suprir as despesas. A emenda Constitucional permitiu que o BACEN negocie títulos públicos e privados no mercado secundário de títulos.

Do ponto de vista de políticas monetárias, a principal medida adotada foi a redução gradual da taxa Selic, assim houve uma queda nos custos de empréstimos atrelados às taxas de juros de curto prazo.

3.2 Metodologia

Este trabalho consiste em uma análise sobre a economia brasileira no período de 2000 a 2021, buscando evidências da ocorrência da desindustrialização

ocasionada pela doença holandesa, como muitos economistas sugerem.

A metodologia escolhida para comprovação desse estudo foi a pesquisa descritiva, por descrever detalhadamente uma situação ou fenômeno, permitindo que seja esclarecido detalhadamente as características do objeto de estudo. Por meio da pesquisa descritiva é possível analisar a frequência de acontecimentos, métodos e processos. Outra característica da pesquisa descritiva é a sua possibilidade de relacionar uma ou mais variáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva demonstra o que é o objeto de estudo, além de descrever, registrar as informações, analisar e interpretar os fenômenos, com o objetivo de entender seu funcionamento. Assim, a pesquisa descritiva irá analisar detalhadamente os dados apresentados no capítulo a seguir, buscando explicar se o Brasil enfrentou o processo de doença holandesa.

3.3 Análise dos dados

Para análise de ocorrência de doença holandesa é de suma necessidade observar o declínio da contribuição do valor adicionado do setor industrial na economia. Segundo Lins (2012), se um país está enfrentando o processo de doença holandesa, necessariamente o valor adicionado da indústria deve apresentar queda.

A partir da análise do **Gráfico 2**, verifica-se que há uma tendência de queda do valor adicionado do setor industrial ao longo do período, ressalta-se o início do período, em 2003 e entre 2011 e 2016, reforçando a hipótese de que o Brasil enfrenta doença holandesa.

No início do período, entre 2004 a 2007 houve um destaque de crescimento do valor adicionado da indústria. Esse crescimento pode ser explicado pelo crescimento econômico que houve no mundo, incluindo a economia brasileira. Com essa expansão econômica, houve um incentivo a demanda por bens e serviços manufaturados.

No **Gráfico 2** é possível analisar uma queda considerável do valor adicionado da indústria em 2008. Essa queda pode ser explicada pela crise econômica enfrentada na época, período em que foram aplicadas políticas econômicas para impulsionar a economia, como incentivos fiscais que reduziam os impostos sobre produtos manufaturados.

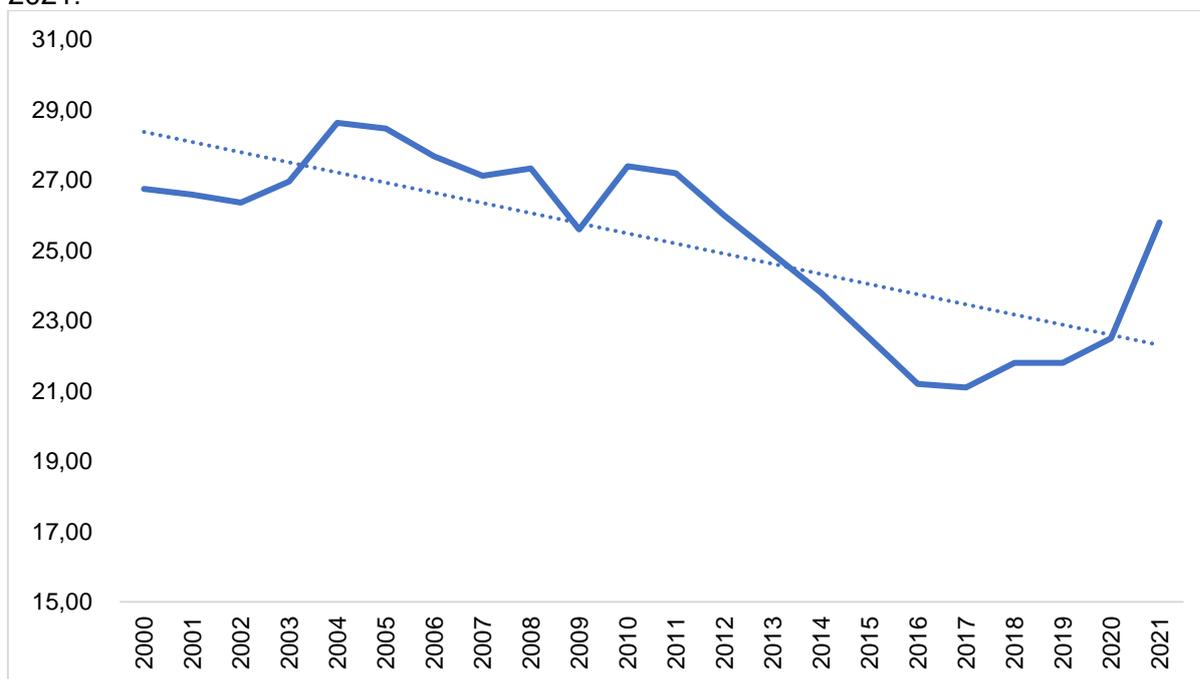
Até 2010 o nível de participação apresentava pequenas variações, com leves

quedas. Embora as pequenas mudanças ocorridas, é possível perceber que o nível de participação apresentou uma queda significativa a partir de 2011 estendendo até 2017, com leve crescimento a partir daí. Segundo Tangrena (2009) o valor adicionado da indústria quando apresenta queda no emprego total do PIB é um sintoma de desindustrialização.

A queda do valor adicionado da indústria em 2011 pode ser causada por diversos fatores, sendo o de maior destaque a apreciação cambial enfrentada no período. Nos anos anteriores o Brasil passou por um crescimento econômico expressivo, transformando o real em uma moeda valorizada, tornando os produtos manufaturados mais caros no mercado, afetando diretamente a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional.

Embora o período de análise apresente uma ocorrência de desindustrialização, com sintomas de doença holandesa, não se trata de um caso de desindustrialização absoluta, devido ao crescimento da indústria em algumas partes do período.

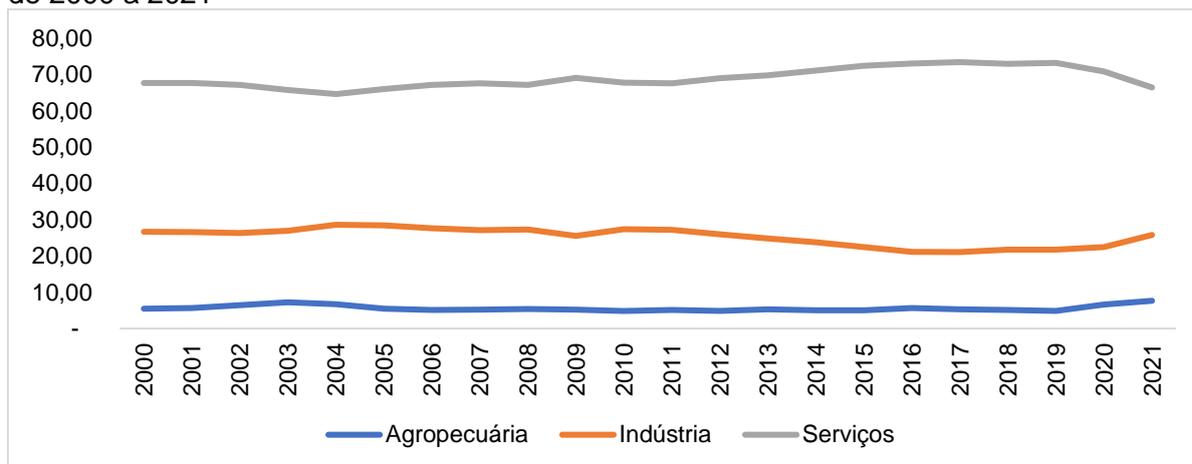
Gráfico 2: Brasil: participação no valor adicionado do setor industrial, no período de 2000 a 2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. / Elaboração própria

Por outro lado, enquanto o valor adicionado da indústria perdia participação na economia brasileira, outros setores aumentavam sua participação ganhando mais espaço na economia. No **Gráfico 3** é possível perceber que a agropecuária aumentou sua participação, seguida pelo setor de serviços.

Gráfico 3: Brasil - participação no valor adicionado, segundo grupos de atividades, no período de 2000 a 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. / Elaboração própria

A perda de participação da indústria na economia brasileira é um caso preocupante para economistas, por representar um processo de desindustrialização. Seguido ainda pelo crescimento de outros setores da economia, como a agropecuária, responsável pela produção de produtos primários, apontando uma reprimarização, também chamada de doença holandesa.

Essa reprimarização da economia brasileira pode ser observada através dos níveis de exportação dos produtos. No Brasil os produtos mais exportados são produtos primários. O **Gráfico 4** revela os principais produtos brasileiros exportados, apresentando um destaque para os produtos básicos, chegando em 2011 a representar cerca de 48,25% das exportações totais.

O caso de doença holandesa pode ser observado através do tipo de produto mais exportado no país. Um dos sintomas comuns de doença holandesa é o volume de exportações de *comodities* ser superior ao de produtos manufaturados, demonstrando uma competitividade baixa da indústria nacional no mercado internacional.

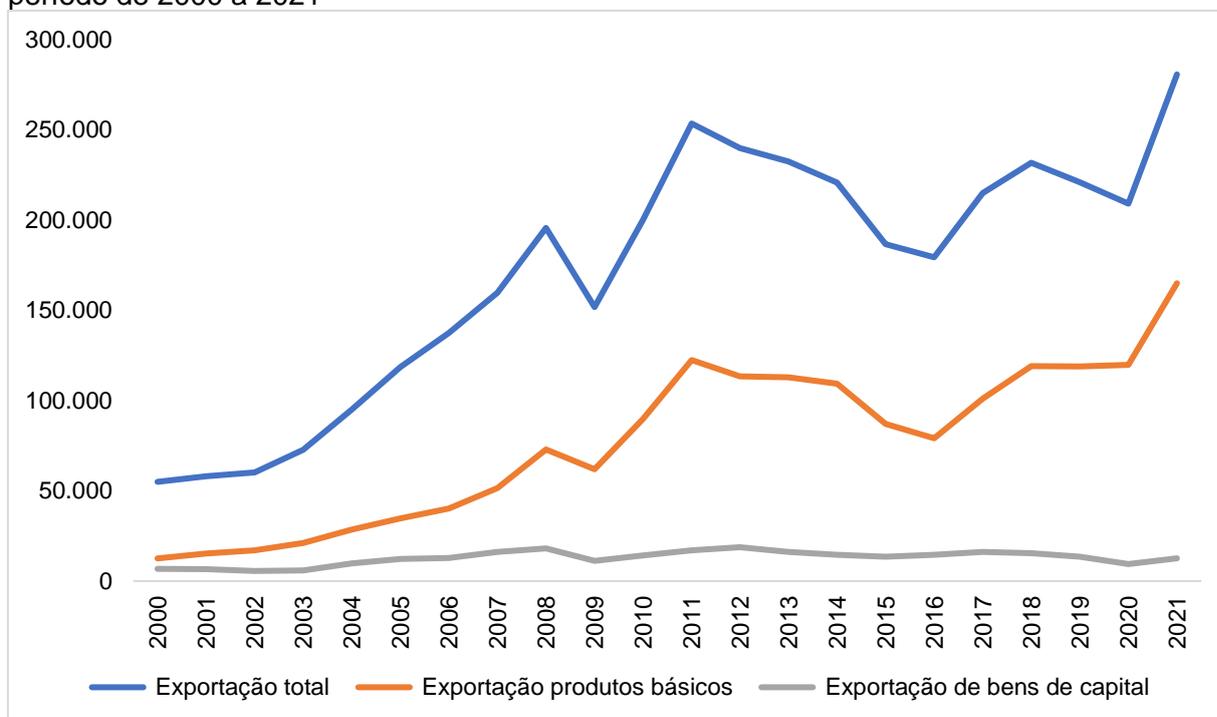
Um país que apresenta um alto nível de exportações de produtos primários, acima das exportações de manufaturados tende a sofrer com a valorização cambial, tornando sua moeda mais valorizada. A valorização cambial pode ser prejudicial ao setor industrial, pois os produtos se tornam mais caros no mercado internacional, gerando queda da demanda, conseqüentemente perda de competitividade.

Além do aumento de participação do valor adicionado do setor agropecuário, na composição do PIB, seguido pela perda de participação do setor industrial, o desempenho das exportações no período reafirmou a tese de que a o setor primário

vem crescendo mais do que o setor de manufaturas.

O volume das exportações de produtos manufaturados apresentou pequenas variações ao longo do período, mantendo-se quase constante, enquanto as exportações de produtos básicos cresceram ao longo do período.

Gráfico 4: Brasil: exportação total, exportação de produtos básicos e de bens de capitais, no período de 2000 a 2021



Fonte: IPEA / Elaboração própria

Com base nos dados obtidos a partir do **Gráfico 4**, é possível perceber que em todo o período as exportações de produtos básicos têm grande influência nas exportações totais do Brasil, apresentando grandes variações. Em contrapartida, as exportações de produtos manufaturados, representados no gráfico por bens de capital, tem baixo nível de exportação, com pequenas variações ao longo do período.

Um dos fatores que podem explicar a falta de participação da indústria, nas exportações brasileiras, é o grande avanço da indústria chinesa no mercado internacional, caracterizado por preços baixos. A partir dos anos 2000 a economia chinesa se tornou uma importante fornecedora de produtos manufaturados para o mundo, tornando suas participações nas exportações mundiais superior a outros países.

No **Gráfico 4** é possível perceber que a exportações de produtos básicos é superior as exportações de bens de capital, é possível analisar que em 2011 as exportações de produtos básicos chegaram a representar cerca de 48,26% das

exportações totais, enquanto as exportações de bens de capital era 6,73% das exportações totais.

No período entre 2012 e 2021 o desempenho industrial se manteve com resultados semelhantes ao período anterior, com baixas variações e marcado por uma demanda do setor externo considerável por *commodities*. Vale ressaltar que em 2016 as exportações totais apresentaram quedas, período em que a economia brasileira apresentou uma recessão por conta da queda dos investimentos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 o setor agropecuário se destacou com o aumento da produtividade e o desempenho de safras relevantes, apresentando um recorde de safra com 159,9 milhões de toneladas. Enquanto o setor agropecuário apresentava crescimento, o setor industrial teve uma variação negativa, com relação ao período anterior.

Com o crescimento das exportações brasileiras, como um todo, impulsionada pelo setor primário, a balança comercial brasileira apresentou um superávit ao longo do período.

Com base na **Tabela 2**, é possível analisar que os únicos períodos em que a balança comercial não apresentou superávit foi em 2000, 2013 e 2014, o restante do período o Brasil apresentou um saldo positivo, devido ao alto nível de exportações de *commodities*.

Em casos de doença holandesa, o superavit da balança comercial ocorre por ter uma alta oferta de produtos primários no mercado internacional. Com o vício da economia brasileira em produtos manufaturados, a balança comercial se manteve com superavit.

De 2013 a 2014 o déficit da balança comercial brasileira pode ter sido ocasionado pela diminuição das exportações de produtos básicos, as *commodities*, em 2013 os preços das *commodities* apresentou queda, já que a China, principal compradora de produtos primários desacelerou seu crescimento.

Tabela 2: Brasil: exportação, importação e balança comercial, no período de 2000 a 2021

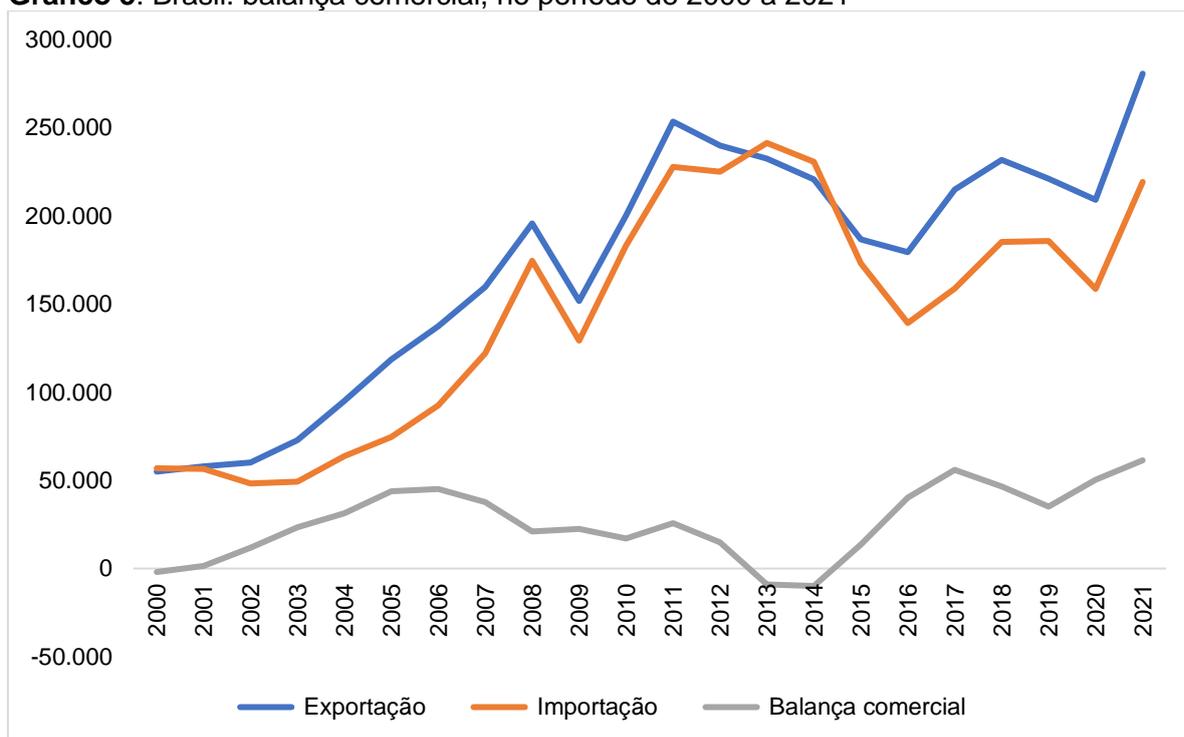
Anos	Exportação	Importação	Balança comercial
2000	54.993	56.976	-1.983
2001	58.032	56.569	1.463
2002	60.147	48.275	11.872
2003	72.777	49.307	23.470
2004	95.122	63.814	31.308
2005	118.598	74.692	43.906
2006	137.581	92.531	45.050
2007	159.816	122.042	37.775
2008	195.765	174.707	21.058
2009	151.792	129.398	22.394
2010	200.434	183.337	17.097
2011	253.666	227.970	25.697
2012	239.953	225.166	14.786
2013	232.544	241.501	-8.957
2014	220.923	230.823	-9.900
2015	186.782	173.104	13.678
2016	179.526	139.321	40.205
2017	214.988	158.951	56.037
2018	231.890	185.322	46.568
2019	221.127	185.928	35.199
2020	209.180	158.787	50.393
2021	280.815	219.408	61.407

Fonte: IPEA / Elaboração própria

No **Gráfico 5** é possível perceber que as importações e exportações tiveram quedas significativas em 2016, devido à crise econômica que o país enfrentava na época, onde a renda das famílias teve uma queda e o aumento de desemprego, diminuindo a demanda por produtos importados.

A atividade da indústria de transformação envolve a produção de bens tangíveis, isto é, bens de capital, intermediários e de consumo. A indústria de transformação representa o setor responsável pela produção de bens manufaturados.

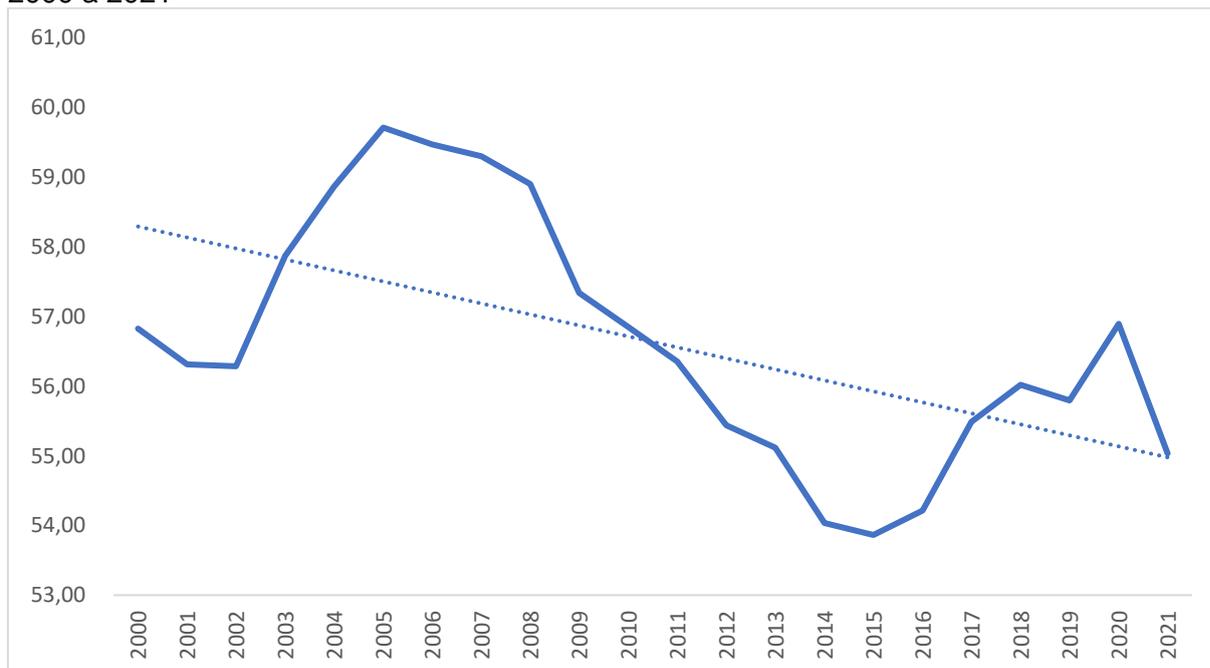
Gráfico 5: Brasil: balança comercial, no período de 2000 a 2021



Fonte: IPEA / Elaboração própria

A partir da análise do **Gráfico 6**, é possível perceber que a ocupação da indústria de transformação apresentou flutuações ao longo do período em análise, destacando-se o período de 2000 a 2002, com a ocupação abaixo da linha de tendência, e o período seguinte de 2003 a 2005 com aumento de ocupação.

Gráfico 6: Brasil: participação das ocupações da indústria de transformação no período de 2000 a 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. / Elaboração própria

A queda de ocupação pode ser explicada por conta da abertura comercial, criada nos anos 90, reduzindo as barreiras para compra de produtos importados, assim a demanda por produtos importados cresceu, reduzindo a demanda por produtos nacionais.

Já entre o período de 2003 a 2005, o crescimento da ocupação da indústria de transformação pode ter como causa o aumento da demanda interna, ocasionado pelo incentivo ao consumo e crescimento da renda, gerado por programas sociais adotados pelo governo para aumentar o poder de compra das famílias.

Outro período que chama atenção no **Gráfico 6** é o intervalo entre 2008 e 2015, nesse período ocorreu a crise econômica global de 2008, onde o país teve de enfrentar a queda da demanda externa, resultando em uma diminuição do nível de produção. Nos anos seguintes a economia enfrentou uma valorização do câmbio, afetou a competitividade da indústria nacional no mercado externo.

Com base nos dados levantados, é possível perceber o impacto sofrido pela indústria brasileira, decorrente do crescimento do setor primário no mercado internacional, comprometendo o seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

No período em análise, entre 2000 a 2021 o Brasil se viu diante de um momento de preocupação com o desenvolvimento do setor industrial, com características de doença holandesa. A análise dos dados revelam que houve variações de desempenho do setor ao longo do período, porém, o setor primário cresceu em ritmo acelerado quando comparado com o setor de manufaturas.

Ao comparar a contribuição dos dois setores econômicos para o produto nacional, é possível perceber que no país o setor que mais participa ativamente da economia brasileira é o setor de *commodities*. Os desafios identificados, como a valorização da moeda nacional, apontam a necessidade de que haja políticas econômicas mais eficientes.

Com base na análise dos dados, é possível perceber que os momentos em que a indústria enfrentou mais dificuldades para se desenvolver, foi no início do período, entre 2000 a 2003, consequência da abertura comercial ocorrida na década de 90, dificultando a competição da indústria brasileira com os produtos manufaturados importados e no pós crise, a partir de 2008, com a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Outros países já haviam enfrentado o processo de doença holandesa, como a Holanda e a Noruega, com a dependência do petróleo e gás natural. No entanto, esses países utilizaram rigorosas políticas econômicas para protegerem a indústria nacional dos efeitos da doença holandesa.

Os impactos da doença holandesa na economia brasileira afetam o crescimento e o desenvolvimento econômico do país, por colocar em risco o setor responsável pela maior capacidade de contribuição de valor adicionado, e maior capacidade de empregar.

O problema é o baixo desenvolvimento do setor industrial brasileiro no período entre 2000 a 2021 é ocasionado pelo fenômeno da doença holandesa, é abordado pela hipótese proposta, sugerindo que o setor primário é o responsável pela perda de competitividade da indústria brasileira perante o mercado internacional, levando a regressão da produtividade industrial no país.

Com base na análise dos dados apresentados, é possível perceber que a indústria brasileira se desenvolveu em ritmo desacelerado quando comparado a outros setores primários, como o setor agropecuário, responsável pelo maior volume de

exportações ao longo do período.

Portanto, é possível concluir que a economia brasileira enfrentou um processo de desindustrialização, por conta doença holandesa. Os dados demonstram que o setor que mais participou ativamente da economia foi o setor primário, enquanto a indústria brasileira apresentou baixo crescimento e até mesmo retrocesso em algumas partes do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, Clarissa. Uma avaliação da teoria da doença holandesa e da hipótese da maldição dos recursos naturais. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRESSER, L.C. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem Ricardiana. 2007. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.Doen%C3%A7aHolandesa.15dezembro.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRESSER, L.C. Estratégia nacional de desenvolvimento. Nov. 2005. 23 p.

BRESSER, L.C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2008. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRESSER, L.C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil. 2008. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

CHAMBERS, D; DIMSON, E; ILMANEN, A. *The Norway Model. The Journal of Portfolio Management*, [s.l.], v. 38, n. 2, p. 67-81, inverno 2013.

CORDEN, W. M. *Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation. Oxford Economic Papers*, v. 36, n. 3, 1984.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, 2009.

GJEDREM, Svein. *Perspectives on managing the Government Pension Fund Global.* Disponível em: <http://www.norges-bank.no/en/published/speeches/en/about/published/speeches/2010/02-11-2010-perspectives-on-managing/>. Acesso em: 24 out. 2024.

IBGE. Banco de Dados Agregados: estatísticas econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Dados fornecidos pela Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IPEA. Dados ou publicações disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

IPEA. IPEA Data: Sistema de indicadores econômicos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.

LARSEN, E.R. *Are Rich Countries Immune to the Resource Curse? Evidence from Norway's Management of its Oil Riches. Oslo: Statistics Norway, Research Department*, 2003. (*Discussion Papers* n. 362).

- LINS, Vinicius F.** Doença holandesa: evolução do conceito e o caso brasileiro. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2012. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação).
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira.** Meio ambiente, inovação e competitividade na indústria brasileira: a cadeia produtiva do petróleo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2002.
- MAIA, J.M.** Economia Internacional e Comércio Exterior. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.** Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MENGER, C.** Princípios da economia política e tributação. 1. ed. São Paulo: Uniclapp, 2021.
- MORAES, M.M.** O que Adam Smith quis dizer com a metáfora da mão invisível. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mao-invisivel/>. Acesso em: 1 out. 2024.
- MORCEIRO, Paulo Cesar.** Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- OOMES, N.; KALCHEVA, K.** *Diagnosing Dutch Disease: does Russia have the symptoms? IMF Working Paper*, n. 07/102, abr. 2007.
- OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A.** Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.
- PALMA, J.G.** Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. São Paulo: Centro Cultural da FIESP, 28.
- PRIEWE, J.** *Dutch disease, resource curse and development. In: United Nations Conference on Trade and Development. Contemporary issues in international macroeconomics, trade and finance. New York; Geneva: United Nations, 2012. (Module 2).*
- REIS, T.** Vantagem comparativa: entenda o que diz esse conceito econômico. 2023. Disponível em: <https://www.sunu.com.br/artigos/vantagem-comparativa/>. Acesso em: 1 out. 2024.
- ROSA, F.E.** O remédio norueguês à doença holandesa: uma análise dos impactos da exploração de petróleo e gás entre 1975 e 2007. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- SARQUIS, J.B.** Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SILVA, J.A.** Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2013.
- SILVA, S.S.** Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

SOUZA, C.R.S. O Brasil pegou a doença holandesa. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Econômico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TANGRENA, F. *Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally.* *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 33, n. 3, p. 433-466, maio 2009.

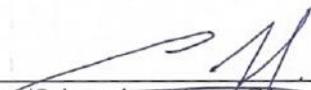
VERÍSSIMO, M.P. Doença holandesa no Brasil: ensaios sobre a taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2010.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

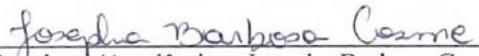
Declaro, para os devidos fins, que o(a) estudante, Josepha Barbosa Cosme, matrícula: 2021.1.0021.003-96, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, ESTÁ APTO(A), a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 25 de novembro de 2024.



Professor/Orientador: Mauro César de Paula

Ciente:



Estudante/Acadêmico: Josepha Barbosa Cosme



Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Josepha Barbosa Cosme, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2021.1.0021.003-96, telefone: (62) 9632 5608, e-mail: jbarbosacosme@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Brasil: doença holandesa no período de 2000 a 2021, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 25 de novembro de 2024.

Assinatura do(s) autor(es): Josepha Barbosa Cosme

Nome completo do autor: Josepha Barbosa Cosme

Assinatura do professor- orientador: Mauro César de Paula

Nome completo do professor-orientador: Mauro César de Paula